



Políticas públicas e mulheres: TICSs e relações afetivo-produtivas na agricultura familiar ¹

Ada Cristina Machado da SILVEIRA²

Jaqueline Quincozes KEGLER³

Solange PREDIGER⁴

Paula PURPER⁵

Universidade Federal de Santa Maria

RESUMO

O artigo problematiza aspectos referentes aos valores associados à atuação das mulheres na gestão das relações de gênero da agricultura familiar tomada como mediadora das relações afetivo-produtivas através do uso das tecnologias e informação e comunicação. Tem-se como hipótese de trabalho que esta articulação pode ser determinante na fixação das jovens no meio rural. O artigo pondera sobre referências empíricas das relações de gênero em sua interseccionalidade com a temática da agricultura familiar em área prioritária de políticas públicas - território da cidadania de Santa Maria-RS.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas - gênero - TICS

Introdução

Esse artigo objetiva, ao articular a pesquisa de gênero à pesquisa sobre Tecnologias de Informação e Comunicação – TICS, vislumbrar uma nova perspectiva a duas questões prementes para o desenvolvimento rural: a inclusão digital do meio rural brasileiro e o êxodo rural na agricultura familiar. Em que pese a crescente sensibilidade frente às diferenças de gênero e geração de emprego, a agricultura familiar ainda se ressentida da falta de reconhecimento do trabalho feminino nas atividades do meio rural. Além disso, o êxodo dos jovens, especialmente das moças, é uma realidade na agricultura familiar, e a masculinização e envelhecimento são constantes na realidade rural, aspectos que muito contribuem para o desgaste do tecido social (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

¹Artigo submetido ao GP Políticas e estratégias de Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Chefe do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM; Magister e Doutora em Jornalismo pela Universidade Autônoma de Barcelona (1998 e 2000); Mestra em Extensão Rural pela UFSM (1992) e com pós-doutorado pela Université Paris III – Sorbonne.

Líder do grupo de pesquisa “Comunicação, identidades e fronteiras”; Professora do quadro permanente dos programas de pós-graduação: Extensão Rural e Comunicação. E-mail: ada.machado@pq.cnpq.br.

³Professora da UFSM, campus de Frederico Westphalen; Doutoranda em Extensão Rural pela UFSM; Mestra em Comunicação pela UFSM (2008); Especialista em Comunicação Midiática pela UFSM (2007); Especialista em Marketing pela Unicruz (2004); membro do Grupo de Pesquisa “Comunicação, identidades e fronteiras”.

⁴Acadêmica de Comunicação Social – Relações Públicas/UFSM, voluntária do Grupo de Pesquisa “Comunicação, identidades e fronteiras”.

⁵Acadêmica de Comunicação Social – Relações Públicas/UFSM, voluntária do Grupo de Pesquisa “Comunicação, identidades e fronteiras”.

Nesse sentido, consideramos que a apropriação e uso das TICs no meio rural podem possibilitar novos papéis nas relações familiares e comunitárias ou a acentuação de papéis já existentes, de forma a fortalecer os laços com o território, tendo em vista que as novas relações que as TICs potencializam são capazes de ultrapassar limites de espaço físico e temporal, e dar acesso à informações, à formações, e à aplicação dessas sem o deslocamento do rural para o urbano.

Além disso, as TICs a partir da proposta de Sodré (2002), não são consideradas como meros meios transmissores de informação, característica da mídia e tecnologias em sua gênese (veículo). Podem alcançar, dependendo tanto da esfera de produção como dos usuários, que também poderão com o tempo e conhecimento se tornarem produtores, o caráter de vínculo e cognição. Entendemos que o “uso das TICs” parte sempre da sua condição elementar como veículo, podendo ser desenvolvida e aperfeiçoada como vínculo e cognição, mas isso dependerá das relações estabelecidas entre os sujeitos da comunicação.

As relação das TICs, em especial pelo seu caráter de vínculo, com a atuação das mulheres nas relações de gênero pretende ser o eixo da pesquisa que será posteriormente desenvolvida. Para tanto, temos que averiguar se os pressupostos teóricos proporcionam esse elo entre as temáticas que almejamos a partir de discussões ainda não aprofundadas e que são fundadas nesse artigo. Organizamos essa abordagem em três partes. Inicialmente pretendemos refletir sobre a apropriação das TICs no meio rural, utilizando para isso algumas pesquisas já desenvolvidas no nosso grupo de pesquisa. Em um segundo momento, temos o objetivo de refletir sobre a proposta teórica de Sodré (2002) que apresenta as características de veículo, vínculo e cognição para a comunicação social contemporânea, a qual é impulsionada pelas relações sócio-técnicas. Por fim, faremos uma reflexão sobre o que foi apresentado e as impressões para a continuidade da pesquisa.

1. A Apropriação das TICs no Meio Rural

As pesquisas que se constituem em fonte de parte das informações aqui presentes (LÜBECK, 2004; SILVA, 2005; SCHWARTZ, 2007 e VIERO, 2006) não foram direcionadas à discussão das questões de gênero, uma vez que elas se definiram inicialmente pela questão da apropriação das TICs no meio rural no contexto do

combate à exclusão digital no Brasil, apelo lançado pelo Comitê Gestor da Sociedade da Informação.

Contudo, foi a partir delas que se percebeu a pertinência de aprofundar o papel da mulher nas relações de gênero como pedra angular da mobilidade social e êxodo rural. A mulher agricultora familiar situa-se estrategicamente nos processos de transição do modelo de produção convencional que teve origem na revolução verde a partir dos anos 60 e com a modernização acelerada da agricultura brasileira nos anos 70, para formas de produzir baseadas em parâmetros preconizados pela agricultura sustentável que preconizam aspectos inovadores como a agricultura orgânica, agroecológica e outras atividades como o turismo rural, o atendimento à terceira idade e à saúde da população urbana, etc.

No que se refere às possibilidades aventadas pelas TICs para o meio rural, pode-se destacar, conforme analisamos noutro trabalho (SILVEIRA, 2003), que elas pretendem promover a ampliação de horizontes e incorporação de expectativas, a constituição de grupos de comercialização, novas políticas públicas, estimativas de safras e desempenhos nas bolsas de valores e commodities, serviços bancários, cooperativas de crédito e de produção, educação à distância e assistência técnica. Mas ao chegar perto do meio rural, dificilmente se escapa aquilo que Vincent Mosco (1983) anunciava com a aparição do videotexto, ou seja, a emergência do eremitério eletrônico. Jovens urbanos conectados e distanciados fisicamente de suas famílias e amigos. No entanto, que dizer dos jovens rurais?

O aspecto infra-estrutura é um dos maiores entraves à universalização do acesso à Internet, visto que ainda é um problema nas pequenas vilas e zonas rurais, e a banda larga só é acessível nos centros urbanos. Outro entrave à inclusão digital no meio rural refere-se à ausência de conteúdos específicos para essas comunidades. De acordo com Sorj (2003), isso se deve, em grande parte, à procedência desses conteúdos ser do meio urbano, do ambiente comercial e do acadêmico, tanto no que se refere a usuários, quanto aos produtores de conteúdos. O autor sustenta, ainda, que a Sociedade da Informação é um desafio, não só pelo caráter tecnológico que está em questão, mas por haver todo um esforço no sentido de redefinir as formas de produção de conteúdos para que não venham a ser orientadas apenas por aspectos comerciais.



Nesse sentido, o meio rural já não pode mais ser visto como um local distante e atrasado pelos que vivem no meio urbano e industrial, mas, sim, como um ícone de diversidade que está em constante desenvolvimento, e aproxima-se, cada vez mais, do meio urbano. Portanto, é essencial que as informações disponíveis levem em consideração os saberes locais e que os agricultores não sejam vistos como meros receptores, mas, também, como parte atuante, atores essenciais que devem integrar a Sociedade da Informação.

Tabela 1 – Proporção de domicílios que possuem microcomputador e acesso à Internet*

(em %)

Regiões do país	Microcomputador		Acesso à Internet	
	Sim	Não	Sim	Não
Sudeste	30,0	70,0	22,0	78,0
Nordeste	11,0	89,0	7,0	92,0
Sul	31,0	69,0	21,0	78,0
Norte	13,0	87,0	5,0	95,0
Centro-Oeste	26,0	74,0	16,0	84,0

Fonte: Pesquisa TIC Domicílios 2007, Comitê Gestor da Internet no Brasil.

* Base: 17.000 domicílios entrevistados em área urbana

De acordo com os dados da tabela 1, a Pesquisa TIC Domicílios 2007 ratificou que, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, nesta ordem, aparecem com maior número domicílios que possuem microcomputador (31,0; 30,0; 26,0 por centro, respectivamente) e maior número de usuários da Internet. Nas regiões Nordeste e Norte o índice de internautas caiu pouco mais do que a metade em relação ao centro-sul do país. A TIC Domicílios 2007 evidenciou ainda que a principal barreira para a posse dos equipamentos nos domicílios continua sendo econômica: o elevado custo para a aquisição de microcomputador (78 por cento dos entrevistados que não possuem computador em suas residências) e do acesso à Internet (58 por cento dentre os entrevistados que possuem equipamento em casa). Além deste, outro importante fator que leva o brasileiro a não usar a Internet é a falta de habilidade: 13 por cento dos indivíduos que têm computador em seu domicílio declararam-se despreparados para interagir com a rede.

Somado a isso, a pesquisa mostrou que somente 29 por cento das pessoas que declararam saber usar um computador consideram suas habilidades suficientes para enfrentar o mercado de trabalho, e que pessoas mais pobres, com mais idade e menor escolaridade são as que se sentem mais despreparadas. Esses indicadores evidenciam a necessidade do investimento público em educação para que todos possam se beneficiar das facilidades trazidas pelo uso da rede.



A redução efetiva da exclusão digital através de investimentos em conectividade não se limita à ajuda em equipamentos, mas abrange uma série de esforços e serviços fundamentais para o desenvolvimento humano na era digital. Em especial, o desafio central da conectividade, que é a integração das populações com menos recursos e geograficamente marginalizadas em relação ao processo de desenvolvimento nacional e regional no contexto da sociedade do conhecimento.

Para que isso ocorra são fundamentais investimentos na capacitação dos indivíduos, para que adquiram conhecimentos no uso das novas tecnologias; no desenvolvimento de serviços de uso prático e de conteúdos locais, capazes de permitir a participação dos cidadãos nas decisões de interesse nacional; na criação de redes virtuais, para aproveitar o potencial apresentado por uma sociedade dinamizada pela interação entre comunidades, mercados e indivíduos que, por intermédio das TICs, possam unir esforços e recursos e contribuir para o processo de desenvolvimento socioeconômico. Além disso, é fundamental a criação de leis que fomentem o investimento nacional em TICs, o que facilitaria o acesso democrático aos benefícios da nova Sociedade da Informação.

A atual Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (MDA, 2004) tem como objetivo romper com os modelos baseados na difusão de inovações e usar métodos participativos e educativos para gerar desenvolvimento rural sustentável. Dentro dessa proposta, ganha destaque a agroecologia que busca o desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável e onde é imprescindível que o extensionista enfatize o saber local e respeite a diversidade cultural e os aspectos sócio-econômicos e ambientais. Nesse sentido, a comunicação é um instrumento que auxilia na promoção do desenvolvimento.

É interessante observar que a comunicação, antes um canal de uma só via, passou a ser considerada ponte de diálogo e de intercâmbio, dentro do contexto de um novo processo, chamado de “empoderamento”, ou seja, a aquisição de poder pela comunidade. O problema é que a comunicação é menos desenvolvida nas áreas rurais. Segundo Robert White (2001, p. 124), “não há uma teoria geral propondo um papel para a comunicação ou ‘capacitação’ das zonas rurais no desenvolvimento nacional. Não é surpresa que, na prática, apenas alguns governos estejam levando-a em consideração”.



Ou seja, para o referido autor, a falta de desenvolvimento das comunicações na zona rural deve-se a falta de investimento governamental.

No caso específico do Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário diz que “a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre será elemento central de todas as ações orientadas pela Política Nacional de Ater” (Política Nacional de Ater, 2004, p. 04). Entretanto, a inclusão digital que faz parte da inclusão social, não se encontra entre as prioridades do documento. Um exemplo é o projeto Casa Brasil, que se destina exclusivamente às áreas com alta densidade populacional. “Este critério não privilegia as áreas rurais e, por isso, a continuidade do projeto se voltará para distintas metodologias de implementação, trabalhando também o desenvolvimento da cidadania digital no meio rural” (NOVAES, 2006).

Clarissa Schwartz (2005) em estudo sobre a apropriação de TICs pela agricultura familiar em Santa Maria-RS, identificou os usos e analisou a importância da telefonia celular através de uma pesquisa que constou de uma fase quantitativa com 157 entrevistas com agricultores familiares dos dez distritos do município (realizada em 2006 (através do cadastro do PRONAF) e de uma abordagem qualitativa que realizou três grupos de discussão sobre o tema da apropriação das TICs. Os resultados apontam que 88,53 % dos agricultores familiares de Santa Maria possuem telefone móvel e que essa tecnologia de comunicação já é a terceira mais utilizada, atrás apenas do rádio e da televisão. O aparelho é usado principalmente para contato oral com a família e para resolver problemas da propriedade e evitar o deslocamento. Recursos como envio de mensagens e acesso à Internet pelo telefone celular são pouco utilizados pelos agricultores.

Schwartz ainda estudou o papel das TICs no desenvolvimento rural e constatou que 98% consideram que elas podem contribuir para a melhoria das condições de vida no campo e promoção do desenvolvimento. A maioria diz que ajudaram a garantir sua permanência na agricultura. Estudando a mediação e o papel das TICs no desenvolvimento rural, a pesquisa analisou a cotidianidade familiar e constatou que esta determina inicialmente a aquisição desses equipamentos. Mesmo que o próprio agricultor não faça uso de certos equipamentos, eles se apresentam como bens acessíveis num certo horizonte de expectativas. Se o agricultor não compra, ele pode sonhar em adquiri-los porque esse consumo é importante para melhorar a vida da

família. Estudando a temporalidade social que, como a cotidianidade familiar é uma mediação importante (MARTÍN-BARBERO, 2003), Schwartz constatou que esta interfere principalmente na frequência do uso dos equipamentos de comunicação e está diretamente ligada à rotina dos agricultores. A competência cultural influencia, no tipo de uso que as pessoas fazem das TICs. E é preciso lembrar que os dados revelaram a baixa escolarização e idade avançada dos agricultores: dois fatores vinculados à precedência da cultura oral que justificam a preferência sobre as mídias audiovisuais como o rádio, a televisão e as próprias ligações de telefone celular.

Já a mediação videotecnológica (OROZCO, 1991), Schwartz levantou que quem não tem sinal de telefonia móvel em casa, se possível tem um telefone fixo ou então precisa se deslocar em busca de sinal de celular ou de um telefone público. Quem tem sinal precário também reclama que nem sempre consegue efetuar ou receber chamadas; já quem mora em uma área coberta por uma empresa de telefonia móvel demonstra satisfação e aproveita ao máximo a tecnologia. A presença, a falta ou a precariedade dos equipamentos e serviços de comunicação atuam como mediadoras no processo de recepção das TICs.

Um outro estudo, detido num modelo de monitoramento agrícola on-line (VIERO, 2006), realizou entrevistas com pequenos e médios produtores rurais usuários do sistema, além da análise das frequently asked questions - FAQ's e do site do Sistema Irriga, implementado pela Universidade Federal de Santa Maria junto a pequenos e médios agricultores. Viero (2006) constatou que para a adoção do Sistema Irriga® no monitoramento da irrigação é imprescindível o acesso a Internet e comprovou que a disseminação das TICs no meio rural apresenta-se problemática: 1. do ponto de vista das tecnologias, vincula-se às barreiras de conexão no meio rural; 2. do ponto de vista dos produtores rurais, à questão da alfabetização digital. A conectividade aparece com entrave à difusão das TICs, pois tanto o aparato tecnológico quanto a possibilidade de conexão implicam em custos e em disponibilidade de infra-estrutura para tal. A maioria dos produtores entrevistados dispunha de computador, mas em muitos casos, para realizar o acesso havia necessidade de deslocamento para a cidade mais próxima, o que demonstra a falta de investimento que viabilize a conexão no próprio meio rural. A alfabetização digital mostrou ser fator decisivo na tomada de decisão quanto a adotar ou não uma nova tecnologia. Quanto maior o grau de instrução e quanto mais jovens os

usuários, mais facilmente é adotada uma inovação principalmente em virtude da maior facilidade de manuseio e compreensão da forma de emprego e das potencialidades das TICs. E a constatação esperada foi a de que os indivíduos com mais idade e menos instruídos apresentaram dúvidas com relação ao manuseio desta ferramenta, ademais de desconfiança em relação ao mundo e às informações virtuais; importância para as populações o contato interpessoal e o diálogo face a face; expectativa quanto as visitas da assistência técnica, tanto para esclarecimento de dúvidas quanto para confirmação das informações encontradas no site; as iniciativas públicas e os sistemas educacionais e produtores quanto usuários de conteúdos de TICs.

Esta realidade enfrenta o dilema de que a escolarização no meio rural é precária e ocorre com grande esforço, simultaneamente aos estudos, os habitantes do meio rural dedicam-se à lidas do campo. Mas percebeu-se um interesse crescente em possibilitar às novas gerações – filhos e netos – um acesso mais amplo à educação. Ou seja, os pais almejam que os filhos tenham uma formação superior a que eles tiveram. E a principal constatação foi a de que, em algumas propriedades, o responsável pela adoção e manuseio do sistema era justamente o indivíduo mais jovem e com maior grau de instrução. A questão do êxodo dos jovens do meio rural encaminha o raciocínio de que ao terem contato com o mundo urbano muitos não retornam para a vida rural e, ao invés de se tornarem promessas de levar as novas tecnologias para o campo, acabam preparando-se para a digitalização do meio urbano. Um processo que requer ponderar novamente o aspecto do envolvimento, descartado pelo prefixo “des” dentro do processo naturalizado de desenvolvimento. Enquanto noção mais influente no século XX no Ocidente e Oriente (SACHS, 2007), o desenvolvimento conheceu na categoria da participação um novo vigor.

E o que as TICs estão propondo é uma certa reversão ao tornar como ativos a grande parte dos agentes envolvidos no processo de comunicação. Comunicação tem sido, ao longo da história, uma capacidade largamente exercitada pelas mulheres. As TICs podem ser tomadas por seu aspecto de veículo, vínculo e cognição, todos aspectos muito importantes para o desenvolvimento rural.

2. TICs e gênero: a perspectiva da Comunicação como vínculo para uma nova atuação extensionista

Estudos em sociologia, geralmente direcionam-se para análises sobre as relações de gênero, mapeando e constatando a repulsa das jovens mulheres, suas dificuldades profissionais, bem como a baixa taxa de fecundidade no campo. Dados de pesquisa têm demonstrado que o uso de qualquer nova tecnologia requer mão-de-obra qualificada, envolvendo ainda novas formas de organização e de gestão da atividade produtiva. Estes aspectos geram uma redefinição da divisão sexual no processo produtivo e, conseqüentemente, nas relações de gênero. Os conflitos de papéis, hierarquias, dominação e subordinação podem extrapolar o âmbito intra-familiar na agricultura familiar, com amplo impacto na fixação da mão-de-obra feminina no campo.

Em geral, a literatura registra que as mulheres continuam sem reconhecimento na atividade produtiva e também na capacitação para adoção de novas tecnologias na agricultura. Karem Karam (2004) registra que nas famílias tradicionais o papel da mulher tem sido representativo e que elas possuem iniciativas e intervêm na comercialização que muitas vezes alteram o panorama produtivo da propriedade. Mas quando a iniciativa começa a render frutos econômicos, rapidamente os homens tomam a dianteira na exploração da atividade. Neste momento, a participação da mulher volta-se ao interior da propriedade e até a participação em reuniões fica reduzida.

Atividades educacionais, formativas e informativas ainda se ressentem de uma visão restrita quanto ao potencial feminino. O uso de tecnologias comunicacionais no meio rural, com as facilidades de aquisição e adoção geradas principalmente por sua popularização e baixo custo, tem despertado os jovens e as jovens para tecnologias que são mediadoras de aspectos instrumentais e também de entretenimento. Alternativas de inserção na atividade agrícola ou não-agrícola no meio rural, no entanto, são raras. Entendendo-se a mulher como um elo significativo na formação dos vínculos familiares, especialmente na agricultura, e dos laços sociais do meio rural em geral, torna-se imprescindível conhecer a atribuição de valores da nova geração de mulheres pertencentes à agricultura familiar de forma a intervir na articulação de vontades.

A Extensão Rural tradicionalmente dedicou às mulheres um conjunto de atividades afetas aos trabalhos domésticos que necessita urgente adequação. As agricultoras já não ignoram práticas de economia doméstica, mas carecem de treinamento em habilidades numa área em que se revelam as verdadeiras mediadoras do vínculo familiar pelo o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs.



Compreendendo-se neste rol inicialmente a telefonia (especialmente a celular) e uma ordem crescente de aparatos digitais, usados inicialmente para entretenimento e que finalmente revelam-se os grandes veículos que iniciam e habilitam os jovens na utilização de máquinas e implementos agrícolas.

As TICs podem ser tomadas por seu aspecto de veículo, vínculo e cognição, todos aspectos muito importantes para o desenvolvimento rural. De acordo com Muniz Sodré (2002), tomar a comunicação como veículo requer reconhecer as práticas de vinculação de mensagens e que permitem relações entre sujeitos. Tomá-la como vínculo envolve reconhecer as estratégias de vinculação geradoras de coesão social. E, por fim, tomá-la da perspectiva da cognição requer reconhecer as práticas teóricas relativas à posição de observação e sistematização das práticas de veiculação e estratégias de vinculação social.

Sodré (2002) propõe que a comunicação, como prática discursiva, recobre três campos semânticos: veiculação, vinculação e cognição, sendo que sugere uma teoria do processo que constitui o *Bios* Midiático ou a realidade virtual e seu relacionamento com formas tradicionais de vinculação social. Nessa perspectiva a comunicação ocupa uma posição reflexiva sobre a vida social, se não o é como “um” objeto claro, o é como um “nó” ou um núcleo capaz de ser objetivado. No entanto, apesar do número de variedades, nos dias de hoje, existe um fio condutor, sendo que a comunicação é que vem a ser o fio que vincula entre o “eu” e o “outro”. Entende-se, porém que o “eu” e o “outro” não são entidades prontas e acabadas, além disso, a vinculação é mais do que um processo interativo.

O conceito de comunicação, para Sodré (2002) aponta para a movimentação concreta de toda a comunidade. Trata-se de pôr em comum as diferenças práticas na dinâmica de realização do real, evidenciando também a problematização da questão teórica do ser-em-comum” (SODRÉ, 2002, p. 225). Diferentes são as formas como esta problemática pode ser levantada; tanto filósofos, sociólogos e antropólogos já se depararam com esta questão, sendo que Sodré aponta que ela toma importância com a presença da informação na estrutura das representações sociais.

Ao lado das diferentes teorias que privilegiam a indústria cultural ou o discurso em suas análises, desenvolve-se também uma linha crítica que “visa a articulação dos fenômenos ditos de globalização com a formação dos grandes conglomerados de mídia

e com os processos de desregulamentação das telecomunicações”, preocupando-se, desta forma, em trazer o mercado como principal regulador das atividades econômicas, culturais e comunicacionais (SODRÉ, 2002, p. 232). Assim, a comunicação é algo situado na encruzilhada de disciplinas tradicionais do pensamento social (SODRÉ, 2002, p. 232). Sendo que antes parecia ser um mero lugar de observação de fatos socioculturais e aos poucos seu estudo parece encaminhar-se para uma posição de autonomia. Com isso, trabalha-se com a especificidade da vinculação social e com o fato de que as “práticas socioculturais ditas comunicacionais ou midiáticas vêm se instituindo como um campo de ação social correspondente a uma nova forma de vida, que propomos chamar de *bios midiático* (SODRÉ, 2002, p. 233).

No entanto, o autor deixa claro que a comunicação não se reduz a uma visão “midiacêntrica” do mundo, sendo que sempre houveram recursos ou meios de comunicação, mas a mídia é um dispositivo recente. Além disso, não se pode confundir a realidade midiática com a realidade sócio-cultural. No campo da mídia, a realidade é vista como: simulada, vicária e virtual. Quando se analisa o real-histórico deve-se ter cuidado com as disciplinas que se ligam apenas aleatoriamente a este estudo. A comunicação, nesse sentido, cobre um largo, mas delimitado, espectro de ações ou práticas que são classificadas, por Sodré (2002) como: a) veiculação: práticas voltadas para a relação ou o contato entre os sujeitos sociais por meio das tecnologias de informação. É o que se tem chamado de midiatização, sendo que os dispositivos de veiculação (mídia) são de natureza societal; b) vinculação: práticas estratégicas de promoção ou manutenção do vínculo social, empreendidas por ações comunitaristas ou coletivas, animação cultural, atividade sindical, diálogos. A vinculação pauta-se por formas diversas de reciprocidade comunicacional entre os indivíduos. As ações vinculantes, que têm natureza basicamente societal, deixam claro que comunicação se confina à atividade midiática; c) cognição: práticas teóricas relativas à posição de observação e sistematização das práticas de veiculação e das estratégias de vinculação. Comunicação emerge não como disciplina, mas como maneira de pôr em perspectiva o saber tradicional sobre a sociedade. A partir disso Sodré afirma que

o campo comunicacional [...] oferece-se como plataforma para um novo tipo de reflexão sobre o homem e sobre a organização social. [...] a mídia vive do discurso que faz sobre sua própria simulação das outras realidades. [...] não são mais as questões da relação entre sujeito e objeto nem da intersubjetividade que são essenciais, são as

da linguagem, da produção de argumentação, das condições de verdade da enunciação e das modalidades de compreensão (SODRÉ, 2002, p. 236).

Nesse contexto, as tecnologias da comunicação constituem filtros para que se incorpore o que interessa e se elimine o que não é relevante diante do novo ordenamento do mundo. Sodré (2002) pensa a mídia como uma forma de vida que é capaz de se adequar a essa nova organização da sociedade, baseando-se na expansão capitalista, a qual gera transformações muito grandes nas formas sociais clássicas. Ainda, afirma que uma ciência da comunicação deve produzir conhecimento específico sobre a sociabilização, que decorre da nova realidade que se apresenta, no intuito de buscar críticas e orientações práticas para as novas formas de vida. A Ciência passa a ser vista rumo a “sistemas interpretativos que criem espaços cognitivos para a identificação dos novos agentes sócio-históricos e para o relacionamento com a multiplicidade das novas formas sócio-organizativas” (SODRÉ, 2002, p. 240).

O autor propõe que não existe teoria que explique a comunicação, o que nos exige testar pluralmente a capacidade de explicação de uma teoria, sendo que isto pode ser considerado uma “transdisciplinaridade” e, desta forma, privilegia as conexões entre as teorias e destas com os fenômenos observados. Nesse sentido, “o campo comunicacional parece requerer, em suma, um novo sistema de inteligibilidade para a diversidade processual da comunicação, possivelmente na direção de uma antropológica do vínculo e das relações” (SODRÉ, 2002, p. 245).

A redescrição, ou seja, “a construção de um outro sistema de inteligibilidade para fenômenos até então submetidos à lógica do entendimento predominante nas formas correntes de poder social” (SODRÉ, 2002, p. 253), implica uma intervenção na esfera das práticas que orientam a reflexão sobre os acontecimentos do mundo. O *Bios* midiático seria uma

reconfiguração imaginosa da vida tradicional pela “narrativa” do mercado capitalista. Frente a ele, é possível pensar no saber comunicacional como uma redescrição da realidade tradicional pelo pensamento que incorpore a nova ordem tecnológica. [...] Na operação redescritiva, a ciência da comunicação aparece como momento de uma “filosofia pública”, isto é, uma práxis de expressão pública do discernimento quanto ao social (SODRÉ, 2002, p. 255).



Diante disso, poderia existir um circuito comunicacional, ou seja, uma espécie de diálogo entre prática e teoria, onde sujeito e objeto se unem, bem como o subjetivo se une ao objetivo, além disso, espírito e mundo co-produzem-se dialogicamente e aproximativamente. Isso significa abandonar a objetividade proposta pelo positivismo e aceitar, dessa forma, as ciências do homem como compreensivas e interpretativas. Assim, a Comunicação como “experiência vital” consideraria o homem e suas possibilidades de ação transformadora em suas análises. A questão fundamental da ciência da comunicação, no caso a vinculação humana, implica uma questão fundamental, que seria o fato de “pensar não midiaticamente” (uma vez que o pensamento da mídia não pode ser exclusivamente midiático, mas também não pode ser apenas acadêmico) e pesquisar, dessa forma, os caminhos políticos de abertura existencial para o homem contemporâneo, caminhos que promovam sua participação e o desenvolvimento de ações transformadoras.

Assim, é a partir da proposta de Muniz Sodré que partimos nosso repensar na comunicação, e na busca de conversações entre as áreas de extensão rural e comunicação social, pretendemos atuar enquanto pesquisadores considerando nosso potencial para uma ação transformadora dos fenômenos que estudamos, mas sem no entanto, seguir uma lógica difusionista ou vertical, e sim pelo viés da construção conjunta por todos os membros e instituições de uma comunidade.

Desse contexto teórico que parte nossos estudos, consideramos que as mulheres, concentram habilidades que podem ser decisivas para confrontar a redefinição que tanto as técnicas produtivas como as novas ruralidades estão requerendo a partir de novas relações de trabalho e de sociabilidade no meio rural. E é desta forma que o uso das TICs coincide ora com o enquadramento tradicional da mulher de mediadora das atividades produtivas, ora a recolocando estrategicamente no epicentro do processo de tomada de decisão no nível da agricultura familiar. Tanto por ser responsável por manter o vínculo familiar, como por ser articuladora do laço social que vincula sua família à atividade produtiva, mulheres e TICs podem ser identificadas como responsáveis por um novo momento nas relações de gênero na agricultura familiar.

Entendendo-se a mulher como um elo significativo na formação dos vínculos familiares, especialmente na agricultura, e dos laços sociais do meio rural em geral, torna-se imprescindível conhecer a atribuição de valores da nova geração de mulheres

pertencentes à agricultura familiar de forma a intervir na articulação de vontades. A Extensão Rural tradicionalmente dedicou às mulheres um conjunto de atividades afetas aos trabalhos domésticos que necessita uma adequação. As agricultoras já não ignoram práticas de economia doméstica, mas carecem de habilidades numa área em que se revelam as verdadeiras mediadoras do vínculo familiar: o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs. Compreendendo-se neste rol inicialmente a telefonia (especialmente a celular) e uma ordem crescente de aparatos digitais, usados inicialmente para entretenimento e que finalmente revelam-se os grandes veículos que iniciam e habilitam os jovens na utilização de máquinas e implementos agrícolas.

E é desta forma que o uso das TICs coincide ora com o enquadramento tradicional da mulher de mediadora das atividades produtivas, ora a recolocando estrategicamente no epicentro do processo de tomada de decisão no nível da agricultura familiar. Tanto por ser responsável por manter o vínculo familiar, como por ser articuladora do laço social que vincula sua família à atividade produtiva, mulheres e TICs podem ser identificadas como responsáveis por um novo momento nas relações de gênero na agricultura familiar.

Considerações Finais

O objetivo geral da pesquisa referida nesse artigo se concentra em identificar os valores associados à atuação das mulheres na gestão das relações de gênero da agricultura familiar tomada como mediadora das relações afetivo-produtivas através do uso das TICs. Nesse sentido, consideramos que a disseminação e apropriação das TICs, especialmente com o advento das tecnologias digitais, redefina a organização do trabalho no interior da família como unidade produtiva, proporcionando o acesso das mulheres ao que poderá ser considerado como uma formação especializada, concentrada tanto em tarefas administrativas do estabelecimento como em tarefas produtivas que requeiram habilidades de motricidade fina para operação de equipamentos digitais agrícola, o que determina a necessidade de requalificação das mulheres na agricultura familiar.

Enquanto no passado seus atributos eram classificados por um viés sexista, na atualidade suas habilidades passaram a concentrar reconhecidos valores de destreza



manual, precisão, e concentração requeridos para o manuseio de um telefone celular, um implemento agrícola computadorizado ou um monitoramento continuado.

Além disso, a investigação que será ancorada nos pressupostos teóricos apresentados nesse breve artigo, justifica-se na medida em que será possível caracterizar o tipo de percepção que define a relação entre mulheres jovens da agricultura familiar e TICs, além de examinar em que medida o uso produtivo das TICs envolve as jovens da agricultura familiar no cotidiano da família e estudar em que nível se põe a jovem no plano hierárquico familiar ao ser mediadora do uso das TICs tanto para a atividade produtiva como para outras atividades familiares em geral,

Por fim, refletir sobre as relações de gênero e atuação feminina na agricultura familiar e as possíveis situações de depreciação profissional definindo estratégias de absorção da mão-de-obra feminina através do uso de TICs com vistas ao incremento de políticas públicas apresenta-se como imprescindível para o debate atual, tanto no campo da extensão rural, como na comunicação social, pois as duas áreas propiciam relacionar as tecnologias de informação e comunicação (em especial como vínculo), para um viés participativo, cidadão e democrático, com relações construídas por todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos cinquenta anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

KARAM, Karem Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades, **Revista de Estudos Feministas**, vol.12 n.1, Florianópolis. Jan./Apr. 2004.

LÜBECK, Elisa. **A apropriação digital por pequenos produtores rurais**. 2004. Dissertação (Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003

OROZCO, G. Recepción televisiva: tres aproximaciones y una razón para su estudio, **Cuadernos de Comunicación y prácticas** sociales. n.2. Universidad Iberoamericana, Mexico, 1991. p. 36

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004.

SACHS, Wolfgang. **The Development Dictionary**. A guide to knowledge as power. Londres e Nova Iorque: Zed Books, 2007.

SCHWARTZ, Clarissa Schwartz. **Apropriação de TICs no meio rural brasileiro**. 2007. Dissertação (Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria.

SILVA, Cristiane Camargo. **A apropriação da Internet pelas ONGs e a promoção do desenvolvimento rural**. 2005. Dissertação (Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria.

SILVEIRA, Ada Cristina M. Sociedade da Informação: o combate à exclusão digital no mundo rural brasileiro. In: **Divulgação científica e TICs**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2003. p. 13-38.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com** - a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WEISHEIMER, Nilson. **Relatório técnico da pesquisa de caracterização dos jovens na agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, convênio MDA/FAURGS nº 109/2006, 2007.

VIERO, Veronica. **Comunicação Rural on-line: as TICs e o monitoramento do Sistema Irriga da UFSM**. 2006. Curso (Comunicação Social) - Universidade Federal de Santa Maria.